

À OPINIÃO PÚBLICA:

UMA CHAMADA MACHADIANA À REFLEXÃO

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este trabalho parte da tradição luciânica como uma das principais fontes para a obra de Machado de Assis. Uma tradição advinda de Menipo de Gadara, a chamada sátira menipéia, resgatada e continuada por Luciano de Samósata, um sírio helenizado que viveu no século II d. C. Essa tradição é fonte de influência também para escritores mais modernos, como Laurence Sterne e Xavier de Maistre, e com os quais Machado também dialoga.

A tradição luciânica tem como suas principais características: o pessimismo, a ironia, o questionamento genérico, o olhar distanciado do *Kataskopos*, o ceticismo, a paródia, o estilo fragmentário (SÁ REGO, 1989), muitas dessas características já foram observadas nos escritos machadianos, contudo, poucos estudos as correlacionam com a tradição luciânica. Para compreendermos melhor essa relação é necessário recorrer aos estudos de Enylton José de Sá Rego, *O calundu e a panaceia* (1989), no qual investiga a relação de Machado com os escritos luciânicos e volta-se especialmente para os romances realistas, e aos estudos de Jacyntho Lins Brandão, mais especificamente “A Grécia de Machado de Assis” (2001), no qual observa o diálogo de Machado com os clássicos, sobretudo, com Luciano de Samósata, de quem apreende a chamada “contaminação irônica”.

Nosso interesse reside não só no resgate dessa tradição satírica na obra machadiana, mas também no resgate do estudo da crônica, que é ofuscada duplamente: pelos romances e contos do autor e pelo olhar da crítica literária que ainda carrega o espectro de “gênero menor”. Para tanto, amparamo-nos no estudo de Sonia Brayner que versa sobre a crônica machadiana e a considera o seu “verdadeiro laboratório ficcional”, como já afirma no título do ensaio.

Neste trabalho debruçamo-nos sobre a crônica “À Opinião pública”, publicada no *Diário do Rio de Janeiro* em 1867, na série *Cartas Fluminenses*. Essa crônica é uma espécie de carta a personificada Sra. Opinião pública repleta da “contaminação irônica”, conforme denomina Brandão, ou seja, da mordacidade de Luciano, que Machado colhe e reproduz em seus escritos. Sobretudo, é uma carta que instiga seus leitores a posicionarem-se de modo reflexivo-crítico, colocando-os na posição da Opinião pública, num movimento duplo de colocar-se no lugar dela e de afastar-se dela para compreender o que se veicula como pertencente a ela. Assim, como aponta

Jean-Michel Massa, essa crônica tem o objetivo “de despertar uma moralidade pública sonolenta” (2009, p. 446).

2. UM OLHAR INVESTIGATIVO SOBRE “À OPINIÃO PÚBLICA”

Machado inicia a crônica com uma jogada irônica, chamando a “Opinião pública” de V. Excia. sob uma pretensa dúvida de sua existência que logo é sanada pelas respostas dadas pelo próprio cronista, que diz haver mais pessoas que creem na existência da Opinião pública do que opositoras a sua existência, além disso, é amplamente comentada em todos os lugares, elevados e populares.

Machado comporta-se diferente nessa crônica, em outros escritos ele escreve de modo dialógico, ao tipo luciânico, que retoma outros autores e textos (clássicos e contemporâneos), trazendo vozes de personagens e fazendo claros intertextos. No entanto, essa crônica está num formato de carta e não abre espaço para uma resposta da Sra. Opinião pública, assim sendo, apesar de ter marcas de diálogo pelas indagações que faz a ela, não há respostas, são perguntas retóricas, as quais Machado utiliza para melhor argumentar e conduzir o leitor a leituras que revelam a pessoa e as ações da Opinião pública. Além de ser uma junção de gêneros, típica da tradição luciânica, nesse caso, a união da carta à crônica.

Desse modo, ele introduz seus argumentos fazendo um pedido a sua destinatária, afirmando: “Assentado isto, receba V. Excia. esta carta que é a primeira da série com que eu pretendo estrear na imprensa” (1867, p.1). Machado, na verdade, joga com a ironia, pois ele já estava na imprensa há algum tempo e tem seus primeiros textos publicados em 1855. Em 1860, já trabalhava com afinco a política como uma de suas temáticas, no mesmo diário em que publica a “À opinião pública”. Portanto, o autor, por meio da ironia, quer dizer o contrário: que continua a falar sobre a política, por isso, não é uma série nova a ser estreada, mas uma crônica sob pretexto de carta para melhor criticar. Contudo, segundo o biógrafo Jean-Michel Massa, de julho de 1886 a março de 1867, Machado de Assis não assinou nenhuma crônica no *Diário*, somente a partir de março de 1867 ele recomeça seus escritos (2009, p. 445). Com isso, *Cartas Fluminenses* é, de fato, não uma estreia “inérita”, mas uma espécie de estreia de um novo momento, um recomeço. Nas palavras de Massa, Machado “Manifestou certo ressentimento em relação aos caprichos da opinião pública, das agressões da política, das falsas glórias que empolgam os homens” (2009, p. 445). Por conseguinte, é uma crônica que pode ser compreendida como um desabafo de um homem que já estava a algum tempo na imprensa e conhecia “os caprichos” da Opinião pública. Ainda, segundo o biógrafo, podemos interpretar também como “uma nova tomada de contato com os leitores ou como um adeus, uma despedida à sociedade com a qual, até o momento, vinha mantendo relações” (MASSA, 2009, p. 445). Por esse viés, a série *Cartas Fluminenses* é uma estreia de um momento no qual não há relações amigáveis entre os escritos machadianos no jornal e a sociedade da época.

Atrelado a isso, é importante destacar que essa série comporta duas crônicas: “À Opinião pública” e “À Hetaira”. A primeira é assinada pelo pseudônimo Job, a segunda não tem assinatura. Foram publicadas no mesmo mês, e essa publicação é significativa para a compreensão das crônicas. No desenrolar de “À Opinião pública”, Machado observa e critica, por meio da ironia, as ações e os comportamentos atribuídos à Opinião, sobretudo, os que dizem respeito às questões políticas. Em “À

Hetaira”, o cronista recupera a figura da cortesã clássica e constrói uma carta para a hetaira brasileira, uma espécie de atualização da primeira. Esta crônica é um diálogo com a anterior, se a Sra. Opinião pública se rende ao sistema político, a Hetaira comanda os homens importantes por meio da alcova, aí são eles que se rendem. Nas primeiras linhas dessa segunda carta há uma distinção entre as senhoras destinatárias: “Se a opinião domina os costumes políticos, a senhora domina os costumes sociais” (ASSIS, 1867, p. 4). E mais: “Governa sem oposição nem contraste; manda o que quer, como quer, quando quer (...) O número dos seus ministros é infinito; a dedicação deles não tem rival nem nos cortesãos da fortuna” (Idem). Apesar de o cronista demarcar o espaço social e político de cada uma delas, há relação profunda que se revela pela contaminação irônica machadiana, pois ambas são barganhadas pelo sistema político, cada uma vende o que lhe concerne: uma o público, outra o corpo. Assim, numa observação conjunta das duas crônicas, podemos afirmar que o público e o privado se entrelaçam.

Adentremos com mais profundidade a primeira crônica, nosso objeto de análise neste artigo, e vejamos como o remetente constrói seu preâmbulo e se apresenta à Sra. Opinião pública. Ao revelar-se, faz uma apresentação de si bastante irônica e curiosa, coloca-se como alguém que já atingiu um equilíbrio na vida, não se considera nem velho, nem jovem; não anseia pelo futuro nem chora pelo passado, nem é alto nem baixo (ASSIS, 1867, p. 2). Fica perceptível, nestas passagens, que o cronista joga com os contrários para situar-se nos entremeios, o que repercute num distanciamento das posições demarcadas e favorece um uso racional da faculdade reflexiva – aspecto caro à prosa machadiana. A partir da consideração que faz de si como nem votante nem eleitor, Machado envereda nas questões políticas de sua época, diz: “o que me priva da visita de algumas pessoas de consideração em certos dias, gozando, aliás, da estima deles no resto do ano, o que me é sobremaneira agradável” (ASSIS, 1867, p. 2). Assim, ele parte da crítica geral que as pessoas fazem com relação à visita dos políticos no momento em que ainda são candidatos e que não volta a se repetir a não ser no período de eleições, logo, o cronista, que diz não ser votante nem eleitor, está numa posição elevada e liberta das inconveniências da política. Ele descreve essa situação com uma ironia fina: “pessoas de consideração em certos dias”. No entanto, não são pessoas de consideração para ele, já que se “priva da visita” e, contraditoriamente, goza da “estima deles no resto do ano”, certamente, se fosse um eleitor não teria essas duas benesses.

A carta à opinião pública é entremeada de críticas. Nosso cronista desemboca noutra avaliação negativa, nesse caso, não à política, mas sim à religião: “Ao mesmo tempo poupo-me às lutas da igreja e às corrupções da sacristia” (ASSIS, 1867, p. 2). Por conseguinte, além de poupar-se dos políticos, também se poupa da igreja, sobretudo, das “corrupções da sacristia”. O remetente à opinião pública é alguém ciente e atento observador dos furos éticos nas bolhas morais, acopladas pela política e pela religião. Como está à margem dessas esferas sociais, pode então, de consciência limpa escrever à Opinião pública, e não tem pretensões de manipulá-la para uma ou outra vertente desses dois pêndulos em nosso país, pelo contrário, busca mostrar suas incongruências para despertar o leitor.

O cronista revela não ser um leigo, mas um amante das letras. Afirma não se privar das musas e ser um leitor da Constituição do Brasil. Contraditoriamente, é também leitor das “Sagradas Escrituras”. Podemos inferir um contra-ataque a política, já que toda a carta visa fazer críticas à conjuntura social brasileira, mas, sobretudo, a nossa política. Ele confessa ler o padre Vieira e o padre Bernardes, conforme diz: “No tempo das câmaras leio com frequência o padre Vieira e o padre Bernardes” (ASSIS, 1867, p. 2). Podemos compreender essas leituras como um modo de recorrer ao

pensamento cristão e a Deus, possível socorro à nação; não que o autor esteja de fato buscando a crença, mas por depreender o caos na política, entende que a solução é possível somente “fora da redoma humana”. Em consonância ao seu pensamento pessimista e cético, a leitura dos padres é apenas um modo irônico de criticar.

Quanto às minhas opiniões públicas, tenho duas, uma impossível, outra realizada. A impossível é a república de Platão. A realizada é o sistema representativo. É sobretudo como brasileiro que me agrada esta última opinião, e eu peço aos deuses (também creio nos deuses) que afastem do Brasil o sistema republicano, porque esse dia seria o do nascimento da mais insolente aristocracia que o sol jamais iluminou. (ASSIS, 1867, p. 2).

Como podemos ver no excerto acima, o cronista faz uma construção irônica ao dizer que tem duas opiniões acerca de um mesmo assunto, visto que o plausível é ter apenas uma opinião para cada assunto a fim de evitar discrepâncias. Suas duas opiniões, a “impossível” e a “realizada”, correspondem, respectivamente, à república de Platão e ao sistema representativo. Numa teia de ironias, Machado tece mais uma ao invocar aos deuses, numa espécie de crença, que se configura na sua negação ao sistema republicano no Brasil, que, para ele, haveria de ser a “mais insolente aristocracia”.

Dentro da sua pretensa apresentação à senhora Opinião pública, Machado adentra, como de costume, pela via das pequenas coisas do dia a dia, como “tomar sorvetes” ou “fumar charuto”, que são “ridiculezas que não devem entrar no espírito da opinião pública” (ASSIS, 1867, p. 2). Nisso reside não só um atalho de saída da discussão política, promovendo um alívio para o leitor, como também mais uma ironia. Afinal de contas, na opinião pública não devem caber tanto os temas polêmicos quanto gostos e comportamentos da população? Logo, não são ridiculezas, são gostos populares, e, sobretudo, cabem perfeitamente no gênero crônica por sê-la um espaço para o corriqueiro.

Ao finalizar a sua apresentação, que na verdade é um meio ficcional para fazer suas críticas ferrenhas, Machado, em seu jogo irônico, justifica por qual motivo escreve a Opinião pública. Endereça-se a ela por ser a “dona da casa” da imprensa, portanto, a pessoa mais importante para cumprimentar antes de qualquer outra. Afirma: “dirijo-me a V. Excia. que é a dona dela, segundo dizem as gazetas, e eu creio no que as gazetas dizem” (ASSIS, 1867, p. 2). Além de cumprimentá-la, Machado faz uma construção irônica fundamentada no sentido contrário do que aparece nos signos; quando o cronista diz crer nas gazetas, está revelando seu oposto, e são elas que veiculam a ideia de a opinião pública ter espaço especial na imprensa.

Consinta V. Excia. que eu não lhe faça corte. De todas as pessoas deste mundo é V. Excia. a mais cortejada desde que um italiano escreveu estas celebres palavras: — de l'opinione, regina del mondo, talvez para contrabalançar o título que as ladainhas da Igreja dão à Virgem Maria, regina angelorum. Não será V. Excia. igual à Virgem Maria, mas creio poder compará-la a Santa Bárbara, e realmente é uma Santa Bárbara, que a maior parte da gente invoca na hora do temporal e esquece na hora da bonança. (ASSIS, 1867, p. 2).

Ainda falando diretamente à Opinião pública, Machado compara-a a uma santa católica, não à Virgem Maria, mas à Santa Bárbara. Nisso faz uso da ironia como um recurso linguístico para colocar a Opinião pública numa posição elevada, mas não tão elevada assim que pudesse sobrepujar a outras expressões. O cronista associa a imagem da santa também para mostrar que buscam a Opinião pública quando

necessitam receber dela alguma “bênção”, mas ao receberem, ela cai em esquecimento.

O autor não só a coloca em paralelo à santa, como também a compara a uma dama cortejada. O cortejo faz-nos inferir que ela recebe convites por toda parte, e, por estar na posição feminina, certamente, são vindos de homens, mas não é qualquer homem que pode cortejar a Opinião pública, há de ser os mais poderosos e influentes, não é em vão que Machado a põe nessa posição feminina e “privilegiada”. É válido lembrarmos que essa crônica foi publicada no período do Romantismo. Assim, podemos relacionar a Opinião pública à figura feminina romântica: frágil, casamento por dote e entregue aos poderosos.

Vale lembrar que o cronista possui a chamada “consciência de ficcionalidade”, denominada assim por Brandão (2001) para designar uma produção, como a de Luciano, que supera os limites impostos à ficção, o cerco da verossimilhança aristotélica e o molde homérico. Machado, conhecedor da obra de Luciano, produz uma ficção que sabe do seu lugar e do seu limite enquanto tal, portanto, ficcional, e evidencia esta consciência em partes da crônica, como no excerto a seguir: “Não sou alto nem baixo; estou entre Thiers e Dumas, entre o finado marquês de Abrantes e o visconde de Camaragibe. Cito os dois para dar cor local à comparação, e ficar logo às boas com a crítica literária” (ASSIS, 1867, p. 1-2). O cronista está ciente de quem são seus leitores e de como seu texto será recepcionado. Assim, ao passar pelas mãos da crítica literária poderia receber negativas por não “dar cor local” ao seu escrito. Ainda, segundo o estudioso Raymundo Faoro (1982), Machado rompe com os limites das escolas literárias pelas quais passou, romantismo e realismo, e produz seus escritos embasados numa *mimesis* diferente, liberta da cópia e da reprodução dos fatos, o que coaduna com o pensamento de Brandão (2001) acerca da ficcionalidade em Luciano e, conseqüentemente, em Machado. Nas palavras de Faoro:

Conscientemente, coerentemente, um realista, o realista Machado de Assis, desafeto do realismo escola, partiu na caça de suas personagens e na aventura da obra literária. A perspectiva é a da *mimesis*, liberta do copismo e da imitação dos fatos, que se representam passivamente no espelho. (FAORO, 1982, p. 418).

Além disso, atentemos que Machado passa pela fase romântica, observa e critica a corrente, sobretudo, a sua primeira fase, quando os escritores se empenharam em produzir uma arte com a nossa cultura em seu estado mais puro possível, empenho este que resultou, aos olhos do crítico Machado de Assis, num profundo ufanismo. Mais tarde, em 1873, Machado publica o artigo “Notícia da atual literatura brasileira. Instinto de nacionalidade” em *O Novo Mundo*. Nesse artigo sobre o Romantismo brasileiro, nosso autor explora com mais veemência o que se considerava a “cor local” de que ele havia falado antecipadamente na crônica que estamos analisando. Assim, já nas primeiras linhas, Machado expõe a crítica à corrente pelo seu “instinto de nacionalidade” que não se configura numa nacionalidade enraizada e profunda ainda, mas numa tentativa de pintar o nacional a partir de alegorias dispostas como brasileiras; como se pode ver abaixo:

Quem examina a atual literatura brasileira reconhece-lhe logo, como primeiro traço, certo instinto de nacionalidade. Poesia, romance, todas as formas literárias do pensamento buscam vestir-se com as cores do país, e não há negar que semelhante preocupação é sintoma de vitalidade e abono de futuro. (ASSIS, 1873, p. 1).

Importante dizer, nessa altura, que Machado escreveu diversos textos críticos acerca da recente produção literária brasileira, passando pela prosa alencariana e pela poesia de Álvares de Azevedo, Junqueira Freire e Fagundes Varela, enaltecendo a originalidade dessa produção, mas denunciando a descrição fantasista da paisagem nacional, que culminava, a seu ver, em nacionalismo explícito e em linguagem poética exageradamente adjetivosa. Ainda que o autor dos *Contos Fluminenses* tenha iniciado sua produção no período romântico, é notório seu afastamento da subjetividade do período – que deságua muito mais num sentimento íntimo de nacionalidade, distante da exuberância romântica –, e que pode ser percebido até mesmo na sua poesia, já alicerçada em bases de maior objetividade.

O remetente confronta sua destinatária, pergunta-lhe se não terá a indiscrição de pedir-lhe um programa. Essa pergunta é afrontosa, pois ele está na posição de quem a escreve, porém, coloca-se como se ela que desejasse falar com ele e angariar algo dessa relação. “Terá V. Excia. a indiscrição de pedir-me um programa? Acho que este uso parlamentar não pode ter aceitação nos domínios da musa epistolar, que é toda incerta, caprichosa, fugitiva” (ASSIS, 1867, p. 2). Com tal pergunta, o cronista aponta para a relação que há entre a imprensa e o parlamento, revelando o contrário do que diz no enunciado. Ele utiliza a ironia como modo de representação contrária. Assim, a crônica mostra que a musa epistolar (a Opinião pública) aceita o parlamento em seus domínios, e essa musa é “incerta, caprichosa, fugitiva”; com essa adjetivação podemos inferir que ela não é linear em suas ideologias, atende a caprichos e não está presa a normas. No entanto, no decorrer da carta, percebemos que não se trata de uma musa livre, mas de uma musa extremamente ligada aos interesses políticos e aos poderes da época e seus caprichos não são em prol da fidelidade da opinião pública, mas respondem ao manejo político e aos seus próprios interesses.

Nessa conversa sobre o programa, o autor sai da proposta criada por ele mesmo, uma possível oferta da senhora Opinião pública para ele, e adentra no funcionamento dos programas da época. Vejamos: “Ou, se quiser absolutamente um programa, dir-lhe-ei que prometo escrever com pena e tinta todas as minhas cartas, imitando deste modo o programa daquele ministério que consistia em executar as leis e economizar os dinheiros públicos” (ASSIS, 1867, p. 2-3). Num momento em que a imprensa já existia há alguns anos, Machado não está propondo nada de novo: escrever com pena e tinta para economia do dinheiro público. Na verdade, é uma proposta irônica com uma ideia retrógrada sob a desculpa de economia à moda “daquele ministério”, com isso, fica evidente o interesse do cronista em mostrar em que residia o tal ministério e como foi acolhido pela população. Nas linhas seguintes, ele afirma: “Profunda política que toda a gente compreendeu de um lance” (ASSIS, 1867, p. 3), ou seja, a população conseguiu entender que o programa era uma jogada política para atender a questões não importantes para a nação, embora o cronista não revele sobre qual ministério está se referindo nem sobre qual era a proposta real. Sob uma ideia geral, Machado critica o modo como os ministérios eram criados e com quais finalidades: “para escrever com pena e tinta e economizar dinheiro público”; mostra uma ideia banal e uma desculpa que poderia ser acolhida com tranquilidade pela população, no entanto, se a população rejeita essa proposta é porque compreende o verdadeiro “lance”.

A crônica revela as posições opostas da sra. Opinião pública, ao dizer: “Perdoe-me V. Excia., creio que V. Excia. apoiou esse ministério; ao menos assim dizem os amigos dele; e creio que também lhe fez oposição; ao menos, diziam-no os parlamentares opositoristas. Coisas de V. Excia” (ASSIS, 1867, p. 3). Assim, podemos indagar: a Opinião pública apoiou a criação desse ministério? Machado, sabedor das

incongruências dessa senhora, joga com a ironia para atacar as relações paradoxais entre o que é da Opinião pública de fato e o que dizem pertencer a ela, sobretudo, revela que é possível construir dois sentidos, ainda que contrários, a depender de quem os constrói, como o apoio e o não apoio a criação do ministério. Além de as incongruências mostrarem o caráter paradoxal da Opinião pública.

O cronista atribui à Sra. Opinião pública “o dom da ubiquidade”, ou seja, de estar presente em toda parte ao mesmo tempo e descreve-a numa constante e crescente reunião de elementos diferentes: “de um lado trajando sedas e agitando guizos, alegre e descuidada, pulando uma valsa de Strauss, dando a mão à tísica dos pulmões e à tísica das algibeiras, e de outro lado envergando uma casaca preta, e distribuindo pelos candidatos políticos a palma eleitoral?” (ASSIS, 1867, p. 3). Podemos depreender dessa descrição que a Opinião pública é uma amálgama de bobo da corte (“trajando sedas e agitando guizos”, “alegre e descuidada”), de elegância e requinte (“pulando uma valsa de Strauss”), de crueldade (“dando a mão à tísica dos pulmões”) e de avareza (“à tísica das algibeiras”). Quanto à última adjetivação, vale refletirmos, pois pode significar tanto a avareza quanto a liberalidade para se render ao sistema de corrupção, já que em seguida Machado diz que ela sai “envergando uma casaca preta e distribuindo pelos candidatos políticos a palma eleitoral”. A casaca preta assinala a obscuridade das ações e o disfarce, e a sua mão oferecida aos políticos focaliza o ato corrupto de se vender. Por conseguinte, ela é avara e tem na corrupção a sua fonte para angariar mais dinheiro. Destarte, é “Ajuizada e louca, grave e risonha, entre uma urna e um cálice de champanhe, na esquerda o tirso da bacante, na direita o estilo do escritor, olhar de Cícero, calva de Anacreonte, eis aí V. Excia., a quem todos adoram, os velhos e os mancebos, os boêmios e os candidatos” (ASSIS, 1867, p. 3). Nessa outra descrição cumulativa e irônica, Machado sintetiza e conceitua quem é a Opinião pública e marca a sua relação amistosa com os diferentes públicos, como se viu anteriormente no excerto, mas frisa a questão política por meio de signos desse campo semântico, como “urna” e “candidatos”, e indica a preferência desses por ela.

Nas linhas seguintes da crônica, a Opinião pública é comparada a uma rainha caprichosa que durante ocasiões de efervescência política “não tem cetro”, mas “um cacete”. Por meio da metáfora de rainha sem cetro e com o substitutivo cacete, Machado mostra como se dão as relações entre a Opinião pública e a política num contexto de jogos de interesses, revelando que ela é mais severa nesses momentos, o cacete aponta para o uso da força brutal. “Mas nem assim perde o caráter de opinião: é esse o parecer dos seus escolhidos” (ASSIS, 1867, p. 3), ou seja, aqueles que falam em nome da Sra. Opinião, “seus escolhidos”, não desacreditam do seu caráter, ainda que use de um cacete para se impor. O cronista utiliza da ironia quando afirma que “são ímpetos” dessa senhora e em seguida revela que é mais que ímpeto, ela faz coisas piores para alcançar o que se deseja, pois, “O pior é quando, em vez de ímpetos, apenas se emprega o meio da corrupção das urnas, da sedução do votante” (idem). Logo, Machado faz revelações e engendra discussões muito contundentes para a população brasileira, seja para o seu público no século XIX ou no atual, o modo como se dão os votos e como os eleitores são seduzidos, sobretudo, a função da opinião pública em meio a todas essas questões e o que se veicula em nome dela.

A voz enunciativa finge espanto e crença na inocência da Opinião pública, utilizando da ironia para representar o contrário do que se mostra nas linhas, diz: “Francamente, eu creio que V. Excia. desconhece todos esses meios, e os condena, e se acaso os sofre é por honra da firma. Em todo caso, por que não protesta V. Excia.? É deste silêncio que algumas pessoas tiram a conclusão de que V. Excia. não existe” (ASSIS, 1867, p. 3). Com isso, o cronista retoma a discussão inicial da crônica: a existência da opinião pública. Aqui, justifica a sua não existência devido ao seu

silêncio mediante os fatos que fogem à ética ou a sua existência e consequente aval a corrupção. Vejamos o fragmento abaixo, que exhibe o pedido do remetente à destinatária.

Imagino daqui o imenso trabalho que há de ter V. Excia. em escolher os bons e úteis dentre tantos. E esse é o meu desejo, essa é a necessidade do país. Mande-nos V. Excia. uma câmara inteligente, generosa, honesta, sinceramente dedicada aos interesses públicos, uma câmara que ponha de parte as subtilezas e os sofismas, e entre de frente nas magnas questões do dia, que são as grandes necessidades do futuro, de que depende a grandeza, ia quase dizer a existência do corpo social. (ASSIS, 1867, p. 3).

O cronista se mostra irônico ao falar do “imenso trabalho” que a Opinião pública terá para escolher candidatos bons e úteis, inferindo uma dupla ironia, que pode significar o não trabalho dela para fazer essa escolha, já que noutros momentos apareceu rendida à corrupção, e/ou a dificuldade de existirem candidatos que atendessem à solicitação do cronista. Portanto, pede a ela que escolha pessoas comprometidas com o bem-estar social e capazes de abondarem os sofismas para atender às questões do país.

Por fim, o cronista apresenta um comportamento irônico e amiudado de si enquanto ser humano, dizendo não ser digno de falar a Opinião pública, recolhendo-se ao silêncio. No entanto, não é um silêncio de mero calar-se, mas de uma despedida, a qual, jocosamente, desculpa-se por não ter ido visitá-la devido à consagração do seu dia ao São Francisco de Sales, advertindo-a: “Se V. Excia. cuida que é um homem de carne e osso, engana-se; é um maço de folhas de papel metidos numa capa de couro; mas dentro do couro e do papel fulge e palpita uma bela alma” (ASSIS, 1867, p. 3). Em suas palavras finais, o cronista externa quem é a opinião pública: “um maço de folhas de papel metidos numa capa de couro”, ou seja, o que é escrito, divulgado pelas mídias entre a população como opinião coletiva, e ironicamente possui “uma bela alma”. Lembremos que Machado foi um cético, portanto, não se alinhava ao pensamento metafísico. Assim, quando ele diz que a Opinião pública tem uma alma, quer de fato revelar que existem seres humanos que comandam a sua existência, não é um mero escrito. Vale lembrar que, segundo Massa, essa crônica foi publicada em um momento propício à reflexão, eram vésperas das eleições (MASSA, 2009, p. 445). Com isso, o cronista contra-ataca as relações políticas e midiáticas de sua época.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A crônica “À opinião pública” é um chamamento aos seus leitores do século XIX e aos da atualidade a refletirem sobre quem é a opinião pública, o que é dito em nome dela, quem a apresenta e a constrói para a população. Machado de Assis, um homem das letras na imprensa, é um sabedor das relações midiáticas e de suas construções e de suas consequências para a população. Assim, personifica a Opinião pública numa figura feminina, cortejada e rendida ao sistema de corrupção, e fala diretamente a essa senhora por meio de uma pretensa carta a fim de fustigar a nossa consciência enquanto leitores, para tanto, recorre à mordacidade da ironia luciânica, contaminado como um “cão raivoso” transmite a contaminação irônica para fazer-nos um convite à reflexão.

REFERÊNCIAS

- ASSIS, Machado de. *À opinião pública*. 1867. Disponível em: <machado.mec.gov.br>. Acesso em: 16 jun. 2018.
- ASSIS, Machado de. *Notícia da atual literatura brasileira. Instinto de nacionalidade*. 1873. Disponível em: <machado.mec.gov.br>. Acesso em: 16 jun. 2018.
- BRANDÃO, Jacyntho Lins Brandão. A Grécia de Machado de Assis. In: MENDES, Eliana Amarante de Mendonça; OLIVEIRA, Paulo Motta; BENN-IBLER, Veronika. *O novo milênio: interfaces linguísticas e literárias*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2001. p. 351-374.
- BRANDÃO, Jacyntho Lins Brandão. *A poética do Hipocentauro: literatura, sociedade e discurso ficcional em Luciano de Samósata*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.
- BRAYNER, Sonia. Metamorfoses machadianas: o laboratório ficcional. In: BOSI, Alfredo (Org.) et al. *Machado de Assis: antologia & estudos*. São Paulo: Ática, 1982. P. 426-436.
- FAORO, Raymundo. O espelho e a lâmpada. In: BOSI, Alfredo (Org.) et al. *Machado de Assis: antologia & estudos*. São Paulo: Ática, 1982. p. 415-426.
- MASSA, Jean-Michel. *A juventude de Machado de Assis, 1839-1870: ensaio de biografia intelectual*. Tradução de Marco Aurélio de Moura Matos. 2ª ed. São Paulo: Ed. UNESP, 2009.
- SÁ REGO. E. José de. *O Calundu e a panaceia: Machado de Assis, a sátira menipéia e a tradição luciânica*. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989. 193 p. Coleção “Imagens do Tempo”.